

1 **ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA**
2 **DOS AFLUENTES MINEIROS DOS RIOS POMBA E MURIAÉ – COMPÉ DO ANO**
3 **DE 2018.**

4
5 Aos quinze dias de maio de dois mil e dezoito, instalou-se a 1ª Reunião Ordinária do Comitê
6 da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé – COMPE do ano
7 de 2018, à Av. Maestro Sansão, 236, 1º andar, Edifício Centro Administrativo, no Centro de
8 Muriaé/MG. Compareceram os seguintes conselheiros, entre titulares e suplentes: Eduardo de
9 Araújo Rodrigues – IGAM; Sebastião Vieira de Jesus – IEF; Francisco Carlos Fernandes
10 Tavares – PMMG; Francisco Alvim de Sousa – EMATER; Lucas Dutra de Melo – Prefeitura
11 Municipal de Muriaé; Anézio da Cruz Rodrigues – Prefeitura Municipal de Goianá; Vicente
12 de Paulo Pinto – Prefeitura Municipal de Ubá; Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas –
13 Energisa S.A.; Maria Aparecida Muruci Monteiro – DEMSUR; Suely de Fátima Prado
14 Vardieiro – FIEMG; João Batista Pinto – COPASA; Marco Antônio Pinto Barbosa –
15 BIOCEP; Miguel Ângelo Espírito – CIRAB. **Assuntos em Pauta: 1. ABERTURA DA**
16 **SESSÃO E VERIFICAÇÃO DO QUÓROM.** A Presidente do COMPÉ, Sr.ª Maria
17 Aparecida Borges Pimentel Vargas, abriu a 1ª Reunião Ordinária do COMPÉ,
18 cumprimentando e agradecendo a todos. Procedeu com a verificação de quórum, registrando-
19 se a presença de membros do COMPÉ suficientes, entre titulares e suplentes, realizando a
20 leitura do expediente e comunicações da ordem do dia. **2. COMUNICADO DOS**
21 **CONSELHEIROS.** A Presidente justificou o intervalo de tempo decorrido entre a última
22 reunião plenária e a presente reunião, informando que existia um entrave legal sobre o
23 funcionamento do Comitê, uma vez que uma resolução do Conselho Estadual estipulava o
24 prazo de até seis meses para que os comitês estaduais se regularizassem e fizessem a eleição
25 de novos membros, sob pena de não estarem legalmente constituídos. Mesmo com atraso, o
26 IGAM conduziu o processo eleitoral de todos os Comitês ainda dentro dos seis meses. No
27 entanto, a portaria de nomeação de novos membros ainda não foi publicada, portanto não
28 poderia haver reunião, pois qualquer decisão que fosse tomada não teria validade perante ao
29 Sistema de Gestão. Informou também que em recente reunião plenária do Conselho Estadual
30 de Recursos Hídricos foi autorizada a alteração do artigo da Resolução, mudando a
31 prorrogação do mandato de seis meses para até que o Governador publique a portaria de
32 nomeação dos novos membros. Portanto, a partir dessa mudança, o Comitê pôde prosseguir
33 normalmente com suas atividades. Outra questão levantada pela Presidente foi a convocação
34 da 1ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Outorga, Cobrança e Demais
35 Instrumentos de Gestão – CTOCIG para a data de hoje, pela manhã. No entanto, registrou-se
36 as presenças de apenas dois membros do referido colegiado, o Sr. Miguel Ângelo Espírito,
37 representante da CIRAB e ela própria. Nesse sentido, a Presidente solicitou para que a
38 AGEVAP fizesse um levantamento dos membros presentes à plenária e que também
39 compõem a CTOCIG para que as decisões tomadas pela plenária sejam referendadas também
40 pela CTOCIG. **3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS SEGUINTE ATAS: 2ª**
41 **REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMPÉ DE 2016 REALIZADA EM 31/10/2016;**
42 **4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMPÉ DE 2016 REALIZADA EM 06/12/2016 E 1ª**
43 **REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMPÉ DE 2017 REALIZADA EM 04/09/2017.** A
44 Presidente questionou se algum dos membros tinha alguma contribuição ou alteração para

45 fazer nas atas. Não havendo nenhuma observação, as atas foram dadas como aprovadas. **4.**
46 **REFERENDUM DA DELIBERAÇÃO COMPÉ N° 63/2018 – “DISPÕE SOBRE**
47 **RESULTADO DE DECISÃO “AD REFERENDUM” QUANTO AO PLEITO DE**
48 **OUTORGA PARA BARRAGEM DE GERAÇÃO DE ENERGIA, IMPLANTAÇÃO**
49 **DA CGH CACHOEIRA DO ESPÍRITO SANTO, NO MUNICÍPIO DE SÃO**
50 **FRANCISCO DO GLÓRIA.”** A Presidente solicitou ao Sr. Jairo Oliveira, analista da
51 SUPRAM, responsável pela análise do processo, que realizasse a apresentação da CGH
52 Cachoeira do Espírito Santo. O Sr. Jairo proferiu a apresentação do empreendimento e, ao
53 final, abriu espaço para questionamentos e dúvidas. A Sra. Ingrid Delgado Ferreira, da
54 AGEVAP, informou que analisou o processo e que o parecer da AGEVAP emitido para este
55 empreendimento está de acordo com o entendimento dos órgãos gestores, concordando com
56 a aprovação da Deliberação. A Sr.ª Maria Aparecida agradeceu à SUPRAM e à AGEVAP e
57 em seguida colocou em votação o Referendum da Deliberação COMPE N.º 63/2018, não
58 havendo manifestações contrárias, o pleito de outorga foi considerado aprovado. O
59 Conselheiro Marco Antônio Pinto Barbosa, representante da BIOCEP, absteve-se do voto,
60 pelo fato de estar diretamente envolvido com o licenciamento do empreendimento. **5.**
61 **APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL DA AGEVAP.** A
62 Presidente do Comitê abriu este item da pauta informando aos presentes sobre a questão do
63 contingenciamento dos recursos da cobrança por parte do Estado de Minas Gerais, onde nem
64 mesmo a parcela de custeio estava sendo repassada regularmente, o que impacta diretamente
65 sobre o funcionamento, tanto da entidade delegatária, quanto do próprio comitê. No entanto,
66 após acordo dos Comitês de Bacia e o Governo Estadual, houve o repasse de parte dos recursos
67 de custeio. A Presidente do Comitê solicitou ao Sr. Alexandre Cid, da AGEVAP, que
68 realizasse a apresentação da proposta de custeio para a entidade delegatária. O Sr. Alexandre
69 esclareceu que a liberação de parte dos recursos de custeio está bloqueada no IGAM
70 dependendo da aprovação deste orçamento por parte do comitê. Informou ainda que os valores
71 descritos na planilha orçamentária foram extraídos do trabalho denominado “Estudo de
72 Sustentabilidade”, elaborado pela AGEVAP. Este trabalho teve como objetivo estipular um
73 percentual de participação de cada um dos comitês nos quais a AGEVAP atende com relação
74 à totalidade das despesas operacionais da agência. O mesmo encerrou a apresentação e abriu
75 espaço para questionamentos e dúvidas. A Sra. Maria Aparecida colocou a proposta em
76 votação, não havendo manifestações contrárias, a mesma foi considerada aprovada. A
77 Presidente sugeriu ainda que, ao encaminhar a proposta orçamentária ao IGAM, fosse feita
78 uma cobrança formal àquele órgão sobre a necessidade do descontingenciamento dos recursos
79 da cobrança para o efetivo funcionamento da entidade delegatária bem como para a realização
80 dos investimentos previstos no Plano Plurianual da Aplicação - PPA. **6. DISCUSSÃO**
81 **SOBRE A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DA COBRANÇA PARA A**
82 **REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS EM 2018.** A Presidente do Comitê iniciou este
83 item da pauta e solicitou que a AGEVAP fizesse a apresentação das propostas de
84 investimentos. O Sr. Alexandre Cid, iniciou a apresentação e explicou que o comitê conta com
85 um saldo financeiro de aproximadamente R\$ 1,2 milhão para a realização de investimentos,
86 incluídos os rendimentos de aplicação financeira e descontado o recurso destinado ao Plano
87 de Bacia, aprovado na última reunião ordinária do comitê no valor de R\$ 150.000,00. Na
88 sequência, a Sra. Ingrid Delgado iniciou a apresentação das propostas de investimento para as

89 quais já existem, na AGEVAP, termos de referência prontos e consolidados. Dentre eles,
90 destacou e comentou sobre: elaboração de Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos
91 Sólidos – PMGIRS, elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSB para os
92 municípios que ainda não o possuem, Projetos de Educação Ambiental, elaboração de projetos
93 de Sistema de Esgotamento Sanitário, Programa de Pagamento por Serviços Ambientais com
94 foco em recursos hídricos e Curso de Capacitação em Recuperação de Nascentes e Matas
95 Ciliares. Após as considerações sobre as propostas colocadas, a Presidente ponderou que, com
96 relação aos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS e Planos
97 Municipais de Saneamento Básico – PMSB, o comitê não deveria comprometer recursos para
98 estas ações, já que, o CEIVAP deliberou e destinou recursos para elaboração de PMGIRS e
99 PMSB para todos os municípios da bacia. Solicitou à AGEVAP um levantamento sobre o
100 andamento de tais ações. Solicitou ainda que a AGEVAP se responsabilize por auxiliar a
101 divulgar os editais de Chamamento do CEIVAP entre os municípios que compõem a bacia do
102 Pomba e Muriaé. A Presidente sugeriu que a discussão dos investimentos seja aprofundada na
103 Câmara Técnica de Outorga, Cobrança e Demais Instrumentos de Gestão - CTOCIG em
104 reunião a ser realizada em breve e que, para a referida reunião, além dos orçamentos mais
105 detalhados, sejam apresentados também relatórios com informações acerca do andamento dos
106 PMGIRS e PMSB financiados pelo CEIVAP e que estão em curso. A Presidente solicitou
107 também que seja convidado o responsável pelo acompanhamento dos projetos de PSA-hídrico
108 na AGEVAP para uma apresentação sobre o tema. **7. PROCESSO ELEITORAL –**
109 **INFORMAÇÕES SOBRE O ANDAMENTO.** O Conselheiro Eduardo Araújo,
110 representante do IGAM, fez um breve relato sobre o processo eleitoral conduzido pelo IGAM.
111 Informou que o processo está praticamente concluído em todas as regiões hidrográficas do
112 Estado de Minas Gerais e que os documentos estão na Casa Civil para despacho do
113 Governador do Estado. O Sr. Eduardo Araújo acredita que nos próximos dois meses a situação
114 esteja resolvida e os novos membros possam tomar posse. **8. ASSUNTOS GERAIS.** A
115 Presidente passou a palavra à consultora ambiental do município de Guidoal, Sra. Caroline
116 de Paula Balbino, que, acompanhada da Procuradora Municipal, Dra. Flávia Coelho e do
117 representante da Defesa Civil daquele município, o Sr. Silvio Bouzada, fez uso da palavra
118 para expor a preocupação do Poder Público e dos munícipes de Guidoal no que se refere às
119 intervenções que serão realizadas pela COPASA para captação de água em corpo hídrico para
120 fins de abastecimento do município de Ubá. Trata-se de intervenção para captação de água no
121 ribeirão dos Bagres, que é afluente do rio Chopotó, sendo que este, em épocas de escassez, é
122 utilizado para captação em função do esvaziamento do rio Guarani, principal fonte de captação
123 para o município de Guidoal. A preocupação é de que, o rio Chopotó, que já possui índices
124 de contaminação acima dos níveis aceitáveis, possa piorar substancialmente a qualidade de
125 suas águas após a captação das águas do ribeirão dos Bagres, que fica a seu montante. A
126 consultora ressaltou que vem tentando obter documentos e estudos junto aos órgãos
127 competentes e que, até a presente data, não obteve estas informações e manifestou o temor de
128 que o abastecimento da água no município de Guidoal possa ser seriamente comprometido
129 em função das intervenções programadas e que vislumbra uma possibilidade real de conflito
130 futuramente. Disse ainda que, ciente da cláusula regimental do COMPÉ que, em seu artigo
131 quarto, atribui como uma das competências do comitê, a mediação de conflitos relacionados
132 aos recursos hídricos em primeira instância, decidiu fazer-se presente à plenária, juntamente

133 com a comitiva municipal, na tentativa de se apaziguar a situação com o auxílio do comitê, já
134 que, segunda a consultora, esta situação vem causando desconforto e preocupação no município
135 para uma eventual situação de escassez hídrica. Em seguida, o Conselheiro João Batista Pinto,
136 representante da COPASA pediu a palavra e informou que a principal fonte de captação do
137 município de Guidoal é o Córrego Guarani, e que este corpo hídrico vem enfrentando
138 seríssimos problemas no que se refere à captação, em função de sua vazão reduzida. Disse
139 ainda que, em situações emergenciais, a captação é feita no Rio Chopotó, que atualmente
140 apresenta índices de contaminação fora dos parâmetros aceitáveis. Em função disto, serão
141 realizadas intervenções de captação no Ribeirão dos Bagres, intervenções estas que, segundo
142 o representante da COPASA, já tem seus respectivos processos de licenciamento em curso e
143 em fase de finalização, e que toda a documentação solicitada pelo município de Guidoal,
144 será encaminhada em breve. A Presidente sugeriu que o município de Guidoal formalize um
145 requerimento ao comitê solicitando uma apresentação, por parte da COPASA, sobre as
146 intervenções propostas. Sugeriu também que seja marcada uma reunião extraordinária do
147 comitê para tratar exclusivamente desta questão, onde poderão ser ouvidas todas as partes
148 envolvidas, quais sejam: os municípios de Guidoal e Ubá, a COPASA e os órgãos ambientais
149 envolvidos no licenciamento. **9. ENCERRAMENTO.** A Presidente agradeceu a presença de
150 todos. Não havendo mais assuntos a tratar, deu como encerrada a reunião.

151

152

153 Muriaé /MG, 15 de maio de 2018.

154

155

156

157  Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas.

158 Presidente do COMPÉ.

159

160

161

162 Francisco Carlos Fernandes Tavares

163 Secretário Executivo do COMPÉ

164

165 **LISTA DE PRESENÇA**

166

167 **Membros do COMPÉ:**

168 Eduardo de Araújo Rodrigues – IGAM; Sebastião Vieira de Jesus – IEF; Francisco Carlos

169 Fernandes Tavares – PMMG; Francisco Alvim de Sousa – EMATER; Lucas Dutra de Melo

170 – Prefeitura Municipal de Muriaé; Anézio da Cruz Rodrigues – Prefeitura Municipal de

171 Goianá; Vicente de Paulo Pinto – Prefeitura Municipal de Ubá; Maria Aparecida Borges

172 Pimentel Vargas – Energisa S. A.; Maria Aparecida Muruci Monteiro – DEMSUR; Suely de

173 Fátima Prado Vardieiro – FIEMG; João Batista Pinto – COPASA; Marco Antônio Pinto

174 Barbosa – BIOCEP e Miguel Ângelo Espírito – CIRAB.

175

176 **Convidados:**

177 Jairo Antônio de Oliveira – SUPRAM-ZM; Marcos Vinícius Fernandes Amaral – SUPRAM-
178 ZM; Isabel Cristina da Fonseca – Dow Corning Silício do Brasil; Ronaldo Wilson Peixoto –
179 DEMSUR; Antônio Gonçalves do Amaral – Prefeitura Municipal de Ubá; Silvio Bouzada –
180 Defesa Civil Guidoal; Flávia Araújo Coelho – Procuradoria Jurídica de Guidoal e Caroline
181 de Paula Balbino – Consultora e Advogada Ambiental de Guidoal.

182

183 **Ausência Justificada de Membros do COMPÉ:**

184 Renato Gomes – Prefeitura de Tocantins.